



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2021

(nº 273/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ROBERTO PARENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 273

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ROBERTO PARENTE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ROBERTO PARENTE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de junho de 2021.

Brasília, 14 de Junho de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ROBERTO PARENTE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

2. O atual ocupante do cargo, **ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ROBERTO PARENTE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 500/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 16 de junho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO PARENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004421/2021-32

SEI nº 2645822

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ROBERTO PARENTE

CPF: 077.808.098-62

ID: 10622533-SSP/SP

1964 Filho de Antonio Roberto Parente e Maria Terezinha D´Abril, nasce em 25 de junho, em São Paulo-SP

Dados Acadêmicos:

Universidade Mackenzie, São Paulo, arquiteto
1998 Instituto Rio Branco
2018 CAE-IRBr: "Inteligência Consular", 2018

Cargos:

1998 Terceiro-Secretário
2004 Segundo-Secretário
2007 Primeiro-Secretário
2014 Conselheiro
2019 Ministro de Segunda Classe

Funções:

2000-2001 Divisão da Europa I, assistente
2001-2003 Divisão do Pessoal, assistente
2003-2007 Embaixada em Camberra, terceiro e segundo-secretário, e encarregado de negócios
2007-2010 Consulado-Geral em Miami, segundo e primeiro-secretário, cônsul-adjunto
2010-2013 Embaixada em Tel Aviv, primeiro-secretário e encarregado de negócios
2013 Divisão de Documentos de Viagem, chefe
2013-2015 Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior, chefe
2015-2017 Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular, chefe
2017-2019 Embaixada em Assunção, conselheiro, chefe do SECOM, encarregado de negócios
2020- Secretaria de Gestão Administrativa

Condecorações:

2011 Ordem de Rio Branco, Oficial
2014 Medalha do Pacificador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO



Maio de 2021

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Democrática do Congo
GENTÍLICO	Congolês
CAPITAL	Kinshasa
ÁREA	2.344.860 km ² (1,5 vezes o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO (ONU, 2019)	86,791 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Francês (oficial), Lingala, Kituba, Swahili e Tshiluba (línguas nacionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (50%); Protestantismo (35%); Islamismo (5%); outras (5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República unitária semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Félix Tshisekedi (desde janeiro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Sama Lukonde (desde fevereiro de 2021)
CHANCELER	Christophe Lutundula Apala (desde abril de 2021)
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 46,06 bilhões (Brasil US\$ 1,36 trilhão)
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 98,55 bilhões (Brasil: US\$ 3,08 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 456,89 (Brasil: US\$ 6.45)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 977,52 (Brasil: US\$ 14.560)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2020)	-2,2% (2020 est.); 4,4% (2019); 5,8% (2018); 3,7% (2017); 2,4% (2016), 6,91% (2015); 9,1% (2014); 8,5% (2013); 7,1% (2012); 6,9% (2011)
IDH (PNUD, 2018)	0,459 (179ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2018)	60,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2018)	77%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (PNUD, 2018)	4,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco congolês
EMBAIXADOR EM KINSHASA	André Luiz Azevedo dos Santos (desde janeiro de 2018)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Mutombo Bakafwa Nsenda (desde novembro de 2015)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RDC (US\$ milhões F.O.B) - Fonte: MDIC

Brasil → RDC	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	61,45	89,52	56,21	82,55	51,33	47,66	106,8	165,7	84
Exportações	45,73	72,58	37,21	42,09	41,43	38,5	38,2	50,5	81
Importações	15,72	16,94	19,00	40,46	9,91	9,16	68,6	115	3
Saldo	30,01	55,64	18,21	1,63	31,52	29,34	-30,4	-64,7	77

APRESENTAÇÃO

Com vasta extensão territorial, a República Democrática do Congo (RDC) é o segundo maior país da África, atrás apenas da Argélia. Apresenta vínculos políticos, sociais e econômicos com as regiões central, austral e oriental do continente e possui fronteira comum com nove vizinhos (República Centro-Africana, Sudão do Sul, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Angola e República do Congo). Em 2019, a população do país era estimada em mais de 86 milhões de habitantes, sendo o quarto país mais populoso da África, atrás de Nigéria, Etiópia e Egito.

A RDC dispõe de amplos recursos minerais de alto valor, como ouro, diamante, cobre, cobalto e urânio, além de minérios raros utilizados pela indústria de tecnologia, como a columbita-tantalita (coltan), usada na fabricação de baterias. O país detém ainda a segunda maior cobertura de floresta tropical do mundo, depois do Brasil, equivalente a cerca de metade de toda a extensão florestal do continente africano. Conta também com o maior potencial hídrico e energético da África (cerca de 100 mil megawatts, quase inexplorados) e com as mais extensas áreas agricultáveis não exploradas de sua região (estimadas em cerca de 80 milhões de hectares).

A transição de poder pacífica e institucional que representou a posse do presidente Félix Tshisekedi, em 24 de janeiro de 2019, constituiu um marco na história da RDC. Os primeiros anos do novo governo trouxeram avanços na situação de segurança e dos direitos humanos no país. Permanecem, contudo, desafios relativos à estabilidade da região leste, onde operam diversos grupos armados, locais ou provenientes de países vizinhos.

O Brasil desempenha papel de relevo na Missão das Nações Unidas de Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), cuja força militar é comandada por oficial brasileiro, o general de Divisão Marcos de Sá Affonso da Costa, desde abril de 2021. Antes, os generais Santos Cruz, Elias Rodrigues Martins Filho e Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves já haviam exercido o comando militar da Missão.

Tendo em conta a centralidade do país e sua importância, o Brasil avalia que a estabilidade da RDC é fator decisivo para a paz duradoura e para o desenvolvimento da região dos Grandes Lagos e do continente

africano.

PERFIS BIOGRÁFICOS

FÉLIX TSHISEKEDI **Presidente da República**



Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo (Kinshasa, 1963) é presidente da República Democrática do Congo (RDC) desde 24 de janeiro de 2019. É filho de Étienne Tshisekedi, histórico líder de oposição ao regime de Mobuto Sese Seko, que exerceu a função de primeiro-ministro do Zaire por três vezes.

Em março de 2018, Félix Tshisekedi sucedeu o pai na liderança da União pela Democracia e Progresso Social (UDPS), o maior e mais antigo partido da RDC. Foi o candidato vitorioso nas eleições presidenciais de dezembro de 2018, tendo derrotado o opositor Martin Fayulu e o candidato governista Emmanuel Ramazani Shadary, apoiado pelo presidente Joseph Kabila, impedido de concorrer a mais um mandato, após exercer a presidência do país por 18 anos.

A passagem da presidência de Kabila para Tshisekedi constituiu a primeira transferência pacífica de poder desde a independência do país, em 1960.

SAMA LUKONDE **Primeiro-Ministro**



Jean-Michel Sama Lukonde Kyenge, nascido na província de Alto Katanga, em 1977, foi nomeado chefe de governo em 15 de fevereiro de 2021, em substituição a Sylvestre Ilunga. A mudança no gabinete de governo resultou do fim da aliança entre o presidente Félix

Tshisekedi e as forças políticas ligadas ao ex-presidente Joseph Kabila, resultando na formação de nova coalizão de governo.

Antes de assumir a chefia do governo, dirigia a empresa estatal de mineração Gécamines. Integrante do partido Futuro do Congo (“Avenir du Congo”), ingressou na política em 2003. Em 2006, elegeu-se o deputado mais jovem da RDC. Posteriormente, exerceu o cargo de ministro dos Esportes e da Juventude, durante a presidência de Joseph Kabila. Demitiu-se da pasta em 2015, quando seu partido passou à oposição, por contestar tentativa fracassada de Kabila de disputar um terceiro mandato presidencial.

CHRISTOPHE LUTUNDULA APALA

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Christophe Lutunda Apala exerce a função de ministro dos Negócios Estrangeiros e de vice-primeiro-ministro desde 12 de abril de 2021. É deputado pelo partido Associação pela República (“Ensemble pour la République”), liderado por Moise Katumbi, e vice-presidente da Assembleia Nacional. Como parlamentar, foi um dos criadores da chamada Comissão Lutunda, que, em 2006, durante o governo de transição, investigou os contratos de mineração assinados durante as chamadas Guerras do Congo, e recomendou o cancelamento dos mesmos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da RDC em 17 de agosto de 1960. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1968 e, em 1972, no contexto do histórico périplo do então chanceler Mário Gibson Barbosa à África, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa. A RDC (então Zaire) figura, por sua vez, entre os primeiros países da África Subsaariana a abrir embaixada residente em Brasília, em 1974. Em razão dos conflitos registrados no país durante a década de 1990, bem como de restrições orçamentárias enfrentadas pelo Brasil, a Embaixada em Kinshasa foi fechada em 1997. A missão foi reaberta em 2004, dando início a novo ciclo de aproximação entre os dois países.

Desde então, dois chanceleres brasileiros visitaram Kinshasa, Celso Amorim, em novembro de 2010, e Mauro Vieira, em agosto de 2015. Em março de 2014, o então ministro da Defesa Celso Amorim esteve novamente na RDC. Os seguintes ministros de estado congolezes visitaram o Brasil: o ministro da Cooperação Internacional e Regional, Raymond Tshibanda, em agosto de 2011; o ministro do Meio Ambiente, Bavon Mputu Elima, em setembro de 2013; e o ministro da Economia e Comércio, Jean-Paul Begepole, em novembro de 2014.

Em seus esforços de promoção do desenvolvimento socioeconômico, o governo congolês identifica no Brasil um modelo a ser seguido. A ausência de vínculos coloniais e a percepção de similaridades entre os dois países (o clima tropical, a extensão territorial, a magnitude de suas respectivas coberturas florestais, a abundância de recursos naturais e os desafios impostos pelas desigualdades sociais) têm contribuído para que Kinshasa nutra expectativa de poder compartilhar a experiência brasileira na solução de problemas em áreas como saúde, agricultura, conservação e uso sustentável de florestas e integração do território.

A visita do então chanceler Amorim a Kinshasa (2010), realizada no contexto do anúncio de contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual na RDC, deu novo impulso ao relacionamento bilateral, em particular em suas vertentes de cooperação técnica e humanitária, bem como de diálogo político (na ocasião foi assinado memorando de entendimento que estabeleceu mecanismo de consultas multissetoriais entre

os dois países).

A visita do então ministro Mauro Vieira à RDC (2015) incluiu a capital Kinshasa e a cidade de Goma, sede do comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO). A MONUSCO, maior missão de paz da ONU, possui importância especial por ser a única munida da chamada Brigada de Intervenção, unidade estabelecida pelo Conselho de Segurança, em março de 2013, em bases excepcionais, com mandato inédito para uso ofensivo da força.

Em Kinshasa, além do diálogo político, foram exploradas novas oportunidades de adensamento das relações do Brasil com a RDC, em particular no âmbito econômico-comercial e na área de cooperação. Por sua vez, a visita a Goma constituiu gesto de apoio à MONUSCO e ao comando militar da Missão, que, desde 2013, vem sendo exercido por oficiais brasileiros, os generais Carlos Alberto Santos Cruz (2013-15), Elias Rodrigues Martins Filho (2018-2019), Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves (2019-2021) e Marcos de Sá Affonso da Costa, nomeado em abril de 2021.

No plano multilateral, por fim, registre-se a convergência de RDC e Brasil no tratamento de alguns temas, bem como o constante apoio de Kinshasa a iniciativas e candidaturas brasileiras em foros multilaterais.

Desde 2019, os governos do Brasil e da RDC vêm estabelecendo contatos com vistas à identificação de novas oportunidades e prioridades para a cooperação bilateral. A eclosão da pandemia de coronavírus, contudo, tem dificultado a concretização de visitas bilaterais de alto nível. Em outubro de 2020, o Brasil realizou importante doação humanitária no âmbito da diplomacia da saúde. Na ocasião, foram doadas mais de 3,5 milhões de doses de vacina contra febre amarela, bem como de mais de 3,5 milhões de doses de diluente, de modo a permitir a continuidade da imunização de crianças congoleesas contra essa doença. Em abril de 2021, conforme já mencionado, renovou-se o comando brasileiro da força militar da MONUSCO, por meio da nomeação do general de divisão Marcos de Sá Affonso da Costa, em abril de 2021.

Cooperação entre Legislativos

Em 2015, intensificou-se movimento de aproximação entre os Legislativos do Brasil e da RDC, consubstanciado em troca de visitas de

representantes daquele Poder. Do lado congolês, o senador Jean-Claude Mokeni, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e do Grupo de Amizade Brasil-RDC realizou visita ao Brasil, em junho de 2015, na qual tratou de formas de estreitar as relações econômicas bilaterais e a cooperação. Na ocasião, o senador Mokeni manteve encontro com o senador Aloysio Nunes, então presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Em julho de 2015, a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) realizou visita a Kinshasa, durante a qual manteve conversas com autoridades congolêses acerca de justiça social e promoção de direitos de minorias, em especial os afrodescendentes (no Brasil) e as mulheres.

Cooperação bilateral

Ao longo de 2005, após a reabertura da Embaixada do Brasil em Kinshasa e em preparação para as eleições gerais de 2006 que colocaram fim ao período de transição na RDC, os dois países desenvolveram significativa cooperação em matéria eleitoral. Além de treinamento e capacitação, o governo brasileiro doou 2.950 urnas de lona para a RDC.

O Brasil também desenvolveu iniciativas de cooperação com a RDC na área de saúde, para o fortalecimento do sistema de vigilância epidemiológica (2008) e do combate ao HIV-AIDS (2010-2011).

Em agosto de 2011, foi realizada, em Brasília, após hiato de 25 anos, III Reunião da Comissão Mista bilateral, no contexto da visita do então ministro da Cooperação Internacional e Regional congolês ao Brasil. Como resultado, foram realizados dois projetos de cooperação técnica na área agrícola: apoio ao cultivo de café (2011-2012) e capacitação em agroecologia e agricultura familiar (2012-2014).

A cooperação humanitária desenvolvida pelo Brasil em benefício da RDC também tem sido significativa. Além da já referida contribuição em benefício de mulheres vítimas de violência sexual (2010), a qual chegou a beneficiar mais de 500 vítimas, o Brasil contribuiu, em 2009 e 2012, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), com doações, em dinheiro e alimentos, voltadas a mitigar risco de insegurança alimentar na RDC. Em 2020, o Brasil doou à RDC mais de 3,5 milhões de doses de vacina contra febre amarela.

Entre 2014 e 2018, o Brasil desenvolveu, em Goma, o projeto “Capoeira pela Paz”, que contou com parceria da UNICEF e de ONG de

Mônaco, bem como com a participação dos governos do Canadá e da Suíça. Por meio do ensino da capoeira, o projeto contribuiu para a reinserção social de crianças egressas de conflitos armados.

No plano da cooperação educacional, a RDC é um dos principais receptores de bolsas brasileiras no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), permitindo a estudantes congolese estudarem em universidades brasileiras. Ademais, A RDC é um dos países com maior número de beneficiados pela Bolsa Mérito, programa que concede bolsas de estudo mensais a graduandos que demonstrem aproveitamento acadêmico excepcional.

No plano ambiental, ambos os países possuem histórico de cooperação na área de monitoramento florestal, em particular no que concerne o compartilhamento de imagens de satélites.

Comércio e investimentos

Durante o período de estabilização da RDC (2006-2015), começaram a surgir oportunidades para o incremento das ainda incipientes relações econômico-comerciais. As áreas que demonstram maior potencial econômico-comercial são as de agricultura, infraestrutura, energia, venda de aeronaves e ônibus. Há, por sua vez, claro interesse congolês na atração de investimentos brasileiros.

Entre 2018 e 2019, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a RDC apresentou crescimento de 35,5%, passando de US\$ 106 milhões para US\$ 165 milhões. Todavia, em 2020, o comércio sofreu retração significativa de cerca 50% em relação ao ano anterior, somando US\$ 84 milhões. A queda do intercâmbio comercial foi resultado da expressiva redução de 97% das importações brasileiras (de US\$ 115 milhões em 2019, para US\$ 3 milhões em 2020).

Entre 2017 e 2020, as vendas congolese concentraram-se em metais e químicos inorgânicos, ao passo que as vendas brasileiras consistiram principalmente de açúcar, carne e derivados da indústria de moagem. Em 2020, os principais produtos exportados pelo Brasil foram carne de aves (16,3%); açúcares (11,8%); farinhas (11,1%); e carnes suínas (10,6%). Por sua vez, os principais produtos importados foram óxidos e hidróxidos de cobalto (74,2%) e cobre (16,5%).

O saldo da balança comercial com a República Democrática do

Congo tem sido tradicionalmente favorável ao Brasil, em função, sobretudo, da magnitude das exportações brasileiras para esse parceiro. Os significativos déficits contabilizados pela parte brasileira em 2006 (-US\$ 113 milhões), 2007 (-US\$ 139 milhões), 2011 (-US\$ 25 milhões) e 2019 (-US\$ 64,7 milhões) podem ser considerados como atípicos. Em 2020, a balança comercial retomou a tendência de superávit em favor do Brasil, registrando saldo comercial de US\$ 77 milhões, graças ao aumento de cerca de 60% das exportações brasileiras, que passaram de US\$ 50 milhões (2019) a US\$ 81 milhões.

Ao analisar o perfil das exportações congoleesas, a área comercial do Itamaraty identificou os seguintes produtos como bons potenciais de negócios para vendas brasileiras: motocicletas; veículos de transportes; tratores; caminhões; ônibus; arroz; calçados; máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar ou lavar minérios; leite em pó; açúcares de cana; e registros e válvulas para a indústria.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Em 2013, o Governo brasileiro anunciou o reescalonamento da dívida da RDC com o Brasil. Em 28 de março de 2017, foi assinado Acordo de Reestruturação da Dívida Soberana da RDC com o Brasil. A dívida da RDC era de US\$ 1,5 milhão, sendo cerca de US\$ 1,3 milhão em atrasados. O acordo prevê o abatimento de 54% desse valor. O objetivo da normalização das relações financeiras é visto, tanto pelo Brasil quanto pela RDC, como uma nova base para que as relações bilaterais sejam elevadas a patamar de maior atividade, sobretudo em questões econômicas e comerciais.

Assuntos consulares

A Embaixada em Kinshasa é a única representação brasileira na RDC e tem jurisdição sobre todo o território do país. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira, estimada em cerca de 60 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

Regime Mobutu

A RDC tornou-se independente do Reino da Bélgica em junho de 1960, após quase um século de regime colonial. À frente do movimento de independência, destacou-se Patrice Lumumba, carismático líder do Movimento Nacional Congolês (MNC). Por decisão do então incipiente Parlamento nacional, Lumumba desempenharia o cargo de primeiro-ministro da nova nação, ao lado do líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavubu, como presidente.

Um mês após a declaração de independência, dissidências ideológicas e movimentos secessionistas nas províncias de Katanga e Kasai Sul deram início a um período de tensão crescente.

A crise agravou-se quando o presidente Kasavubu decidiu demitir Lumumba de seu cargo, que reagiu declarando a inconstitucionalidade dos atos de Kasavubu perante o Parlamento. Aproveitando-se da conjuntura de crescentes tensões, o recém-nomeado comandante do exército, Joseph Desiré Mobutu, liderou um golpe de estado, com o apoio dos EUA e da Bélgica. Lumumba foi preso e posteriormente assassinado. O presidente Kasavubu foi deposto alguns anos depois, em 1965. Foi assim instituído regime de partido único, com estrutura de poder centrada em Mobutu. Em 1971, Mobutu mudou o nome do país para Zaire.

A era Mobutu teve duração de mais de trinta anos (1965-1997). As riquezas das imensas jazidas minerais permitiram a Mobutu controlar as Forças Armadas e a economia congoleesas. No contexto da Guerra Fria, o regime de Mobutu contou com apoio dos EUA, para impedir que a RDC caísse na esfera de influência soviética, como a vizinha Angola..

No entanto, o declínio econômico do país em fins da década de 1980 e atritos com os principais prestadores de ajuda externa começaram a erodir as bases de sustentação do regime de Mobutu. Durante a década de 1990, no contexto pós-Guerra Fria, desenvolveu-se crescente tensão em meio às Forças Armadas e se tornaram frequentes confrontos entre militantes contra e a favor do regime.

A partir de 1996, o combate contra o regime de Mobutu foi crescentemente regionalizado, levando à chamada Primeira Guerra do Congo (1996-1997), quando outros países da região lutaram ao lado de forças rebeldes congoleesas lideradas por Laurent-Desiré Kabila. Em 1997, as forças rebeldes avançaram sobre Kinshasa, Mobutu abandonou o Zaire, e Kabila proclamou-se presidente, retomando o antigo nome do país, República Democrática do Congo.

Disputas internas nas forças kabilistas provocaram a Segunda Guerra do Congo (1998-2003), na qual estiveram envolvidos diretamente nove países africanos, seja em apoio a Kabila ou a grupos armados contrários a este. A partir de 1999, foram firmados sucessivos acordos de paz, que possibilitaram a formação, em 2003, de governo de transição.

Transição política e estabilização (2003-2016)

O processo de transição política (2003-06) foi auspiciado pela ONU. Em 2006, a realização de eleições gerais no país pôs fim ao período de transição e deu início à chamada III República do Congo. Entre 2006 e 2015, a RDC experimentou dez anos de crescente, ainda que limitada, estabilização, durante os quais a economia congoleza cresceu a taxa média de 6,7% ao ano.

Não obstante a realização de eleições gerais em 2006, a RDC continuou enfrentando recorrentes ciclos de conflito, com graves violações dos direitos humanos, no leste de seu território, onde atuam diversos grupos armados.

Prolongamento do terceiro mandato de Kabila

Entre fins de 2015 e de 2018, o cenário político congolês caracterizou-se pelo aumento da instabilidade e da tensão políticas causadas por impasses no processo sucessório do presidente Joseph Kabila.

Joseph Kabila assumiu a presidência interinamente, por meio de eleição indireta, após o assassinato de seu pai e então presidente Laurent-Désiré Kabila, em janeiro de 2001. Em seguida, foi eleito (novembro de 2006) e reeleito (novembro de 2011), para mandatos de cinco anos.

As eleições previstas para 2016 foram sucessivamente adiadas pelo governo congolês, alegando-se dificuldades para implementar medidas relativas ao pleito presidencial, como o censo demográfico, o recadastramento dos eleitores e a realização de eleições locais.

Pressionado pela oposição e por atores externos, o governo congolês anunciou, em novembro de 2015, o início de um novo “diálogo nacional”, voltado a angariar consenso sobre o processo eleitoral. As discussões contaram com a facilitação da ONU e da União Africana (UA). Em outubro de 2016, os participantes do diálogo chegaram a acordo que previu: (i) a realização de novas eleições gerais até abril de 2018; (ii) a permanência de Kabila e outras autoridades de nível subnacional em suas funções até a realização do novo pleito; e (iii) a formação de novo governo de união, por

meio da nomeação de primeiro-ministro ligado à oposição. Esse acordo, contudo, não foi implementado.

Em 31 de dezembro de 2016, quando expiraria o mandato de Kabila, foi assinado o chamado Acordo de São Silvestre, baseado no consenso de outubro de 2016, mas com as seguintes inovações: (i) compromisso de Kabila de não modificar a constituição ou candidatar-se a novo mandato; e (ii) realização das eleições-gerais em 2017.

Apesar do novo acordo, as eleições foram sucessivamente postergadas, alegadamente por dificuldades logísticas e jurídicas para a realização do pleito. A oposição acusou o governo de buscar ganhar tempo por meio dos adiamentos, com vistas a propor reforma constitucional que habilitasse o presidente a concorrer a terceiro mandato. O contexto de instabilidade político-institucional contribuiu para crescente erosão da legitimidade e credibilidade do governo Kabila e para a deterioração da situação econômica.

Em fins de 2017, em contexto de disputa política crescente e de forte pressão internacional e regional, as eleições foram marcadas para dezembro de 2018.

O governo Kabila buscou exercer forte controle sobre o processo eleitoral. Foi rejeitado o apoio logístico da MONUSCO e o recebimento de missões internacionais de observação eleitoral, à exceção de organismos regionais africanos, como a União Africana (UA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Como os líderes opositores, Moïse Katumbi e Jean-Pierre Bemba, foram proibidos de candidatar-se à presidência pela autoridade eleitoral congoleza, os principais partidos opositores acordaram a apresentação de candidatura única encabeçada por Martin Fayulu. Posteriormente, contudo, dois partidos, entre eles o maior partido opositor da RDC (União pela Democracia e pelo Progresso Social – UDPS), desistiram de apoiar Fayulu e lançaram coalizão, com a candidatura presidencial de Félix Tshisekedi. A oposição dividiu-se, assim, entre os apoiadores de Fayulu, que contava com a vantagem de uma base mais ampla, e os apoiadores de Tshisekedi, cujo principal capital político era ser filho e sucessor de Étienne Tshisekedi, líder opositor histórico, um dos principais adversários dos regimes de Mobutu e Kabila.

Eleições de 2018

Em 30 de dezembro de 2018, as eleições gerais foram realizadas, sem que houvesse registro de violência ou de denúncias graves de fraude. Os sucessivos adiamentos da divulgação dos resultados pela autoridade eleitoral congoleza, contudo, levantaram a suspeita de manipulação pelo governo. A tensão em torno da apuração dos votos aumentou quando a Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO) emitiu declaração em que afirmou já conhecer, por meios paralelos, o vencedor das eleições presidenciais, o opositor Martin Fayulu, e instou a autoridade eleitoral a respeitar a opinião dos eleitores congolezes, tornando explícita a desconfiança em relação ao processo de apuração.

Em janeiro de 2019, a autoridade eleitoral anunciou os resultados das eleições, com vitória de Félix Tshisekedi (38,5% dos votos), seguido de Martin Fayulu (34,8%) e, em último lugar, do candidato governista Ramazani Shadary (23,8%). Nas eleições legislativas, o partido de Kabila logrou manter mais da metade dos assentos no Parlamento.

Após a divulgação do resultado oficial, Martin Fayulu apresentou recurso à Corte Constitucional contestando-o. Em 19 de janeiro de 2019, a Corte Constitucional da RDC confirmou a vitória de Félix Tshisekedi na eleição presidencial.

Governo de Félix Tshisekedi

Tshisekedi assumiu a presidência da RDC em 25 de janeiro de 2019. Em seu discurso de posse, expressou seu reconhecimento ao ex-presidente Kabila por seu papel no processo de transição de poder na RDC. Por sua vez, o ex-presidente Kabila demonstrou satisfação pela vitória de Tshisekedi e procurou reforçar sua imagem como a primeira liderança da história da RDC a empreender uma transição pacífica de poder.

Em maio de 2019, o presidente Tshisekedi anunciou formação de governo em aliança com coalizão de partidos ligados ao ex-presidente Joseph Kabila, que conquistou a maioria dos assentos no Parlamento congolês.

Alegando que a coalizão com os kabilistas retirava-lhe autonomia para implementar reformas previstas em seu programa de governo, Tshisekedi buscou formar nova aliança de governo. Em abril de 2021, logrou aglutinar nova maioria parlamentar e formar novo governo, sob a liderança do primeiro-ministro Sama Lukonde.

Apesar de sua relativa estabilização a partir do fim da Segunda Guerra do Congo (1998-2003), a RDC ainda busca recuperar o peso regional exercido pelo antigo Zaire. Nos últimos anos, o realinhamento de influências regionais e o renovado engajamento da comunidade internacional na estabilização da RDC, que conduziram à assinatura do Acordo Quadro para a Paz e Segurança da RDC (2013), passaram a gerar otimismo cauteloso com relação ao futuro do país e aos efeitos positivos que sua estabilização duradoura poderia apresentar sobre todo o continente. A crise política interna observada a partir de 2015, com os sucessivos adiamentos das eleições presidenciais, contudo, gerou nova onda de instabilidade no país. A realização de eleições, em dezembro de 2018, e a transmissão pacífica de poder entre Joseph Kabila e Félix Tshisekedi reintroduziram o otimismo quanto à estabilização do país e seus possíveis efeitos positivos para a região dos Grandes Lagos. Em fevereiro de 2021, o presidente Tshisekedi assumiu a presidência de turno da União Africana (UA).

Entorno regional

A política externa da RDC permanece vinculada à complexa instabilidade da política interna. De um lado, expressivo contingente de nacionais da RDC permanecem refugiados em países vizinhos. De outro lado, nacionais de países vizinhos já cruzaram as fronteiras da RDC em busca de refúgio, motivados por conflitos como a guerra civil em Ruanda e no Sudão do Sul e a crise política no Burundi. O envolvimento de vizinhos nas chamadas Guerras do Congo e o alegado apoio estrangeiro a grupos armados atuantes no leste da RDC, tornam necessária a coordenação entre a RDC e seus vizinhos na busca de uma solução duradoura para a crise no país e na região. Essa coordenação constitui um dos principais eixos da política externa congoleza.

A guerra civil em Ruanda levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao lado de Uganda, para a vitória de Laurent-Desiré Kabila, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), por meio do qual o CNDP se converteria em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, e se uniria ao exército congolês. Após esse acordo, normalizaram-se as relações com Ruanda, que o governo da RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabriram-se as respectivas Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares liderados pelo chefe militar do extinto CNDP, Bosco Ntaganda, rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo “Março 23” (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de três anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do presidente congolês, Joseph Kabila, de deter Bosco Ntaganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra. O grupo fortaleceu-se a partir de então, causando deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul.

Embora a RDC e Uganda tenham-se esforçado para estabelecer uma agenda bilateral positiva, há ainda divergências pendentes entre os dois países, com destaque para a presença de grupos rebeldes ugandenses nas províncias do Kivu do Norte e Oriente e o diferendo sobre a exploração de hidrocarbonetos no Lago Alberto, que tem levado, frequentemente, a episódios de tensão entre os dois países.

A crise do M23 despertou nos países vizinhos, sobretudo nos membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o receio de que a RDC pudesse reeditar os grandes conflitos regionais da década de 1990 e do início dos anos 2000. O reengajamento de membros da SADC, como a África do Sul, Angola e Tanzânia, no tratamento dos problemas de segurança da RDC contribuiu para o surgimento de nova postura assertiva voltada a pôr fim à instabilidade no país. Essa nova postura está na origem da criação da Brigada de Intervenção da MONUSCO (2013), formada pela contribuição de tropas de África do Sul,

Tanzânia e Maláui, sensíveis à necessidade de fortalecimento do estado congolês, em especial no que concerne às necessidades de garantia da estabilidade das fronteiras compartilhadas.

Nos últimos anos, o envolvimento da África do Sul na busca por uma solução para a crise política na RDC tem sido particularmente destacado. Além de o país ser um dos principais contribuintes de tropas para a MONUSCO, o comando militar da operação coube, entre 2015 e 2018, a general sul-africano. A África do Sul tem também sido ativa no treinamento das forças armadas e policiais da RDC. Além disso, constitui a segunda maior fonte de importações para a RDC, atrás apenas da China, e tem elevado sua participação em investimentos no país, com destaque para o projeto hidrelétrico de Grande Inga, sobre o qual os dois países firmaram acordo em 2013.

As relações com Angola, embora densas, são marcadas por tensões relativas à demarcação da fronteira marítima entre os dois países, bem como à presença de refugiados angolanos e congolese que deixaram seus respectivos países de origem para viver no país vizinho em razão dos conflitos civis da região. Nos últimos anos, Angola tem sido ativa na promoção do diálogo político, bem como no treinamento de forças policiais na RDC.

Além dos países da SADC, destaca-se a atuação da República do Congo (Brazzaville) na promoção do Diálogo Nacional na RDC, em particular a atuação pessoal do presidente Denis Sassou Nguesso. Por ser receptora de grande número de refugiados provenientes da RDC, a República do Congo acompanha com preocupação qualquer desdobramento que possa afetar a estabilidade em seu vizinho.

Desde a ascensão de Félix Tshisekedi à presidência, a RDC voltou a atuar como relevante ator regional em busca de solução negociada para conflitos envolvendo países de seu entorno. Assim RDC e Angola têm organizado reuniões de cúpula com Ruanda e Uganda, com o objetivo de normalizar as relações entre estes dois últimos países, marcadas, nos últimos anos, pela tensão.

Kinshasa também tem-se reaproximado dos vizinhos da região dos Grandes Lagos, sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda, tendo como pauta comum o combate aos grupos armados que atuam no leste da RDC, muitos deles originários desses países vizinhos. Essa reaproximação tem-se dado

tanto bilateral como multilateralmente. Em nível bilateral, os contatos com Ruanda têm sido mais frequentes, resultando em cooperação de forças de segurança dos dois países. Em outubro de 2020, Tshisekedi convidou os homólogos de Angola, Burundi, Ruanda e Uganda para cúpula por videoconferência. O presidente do Burundi foi o único a não participar da reunião, que teve por agenda a cooperação em temas de segurança (atuação de grupos armados no leste da RDC) e o incremento dos laços econômicos.

Doadores tradicionais e países emergentes

O relacionamento com os países doadores tradicionais e com os emergentes constitui outra importante vertente da política externa da RDC, sobretudo em razão da necessidade de obter assistência financeira e humanitária, que possam alavancar o seu crescimento econômico e mercado para suas exportações.

A China tem expandido rapidamente a sua atuação na RDC nos últimos anos. Mais da metade das exportações congoleesas têm como destino a China, hoje o principal parceiro comercial da RDC. Grande parte dos minérios extraídos das ricas jazidas da região de Katanga destina-se ao mercado chinês. A China tem investido maciçamente em infraestrutura, em especial em estruturas ligadas à produção e escoamento dos minerais extraídos em território congolês, como estradas, ferrovias e portos, seguindo o padrão de cooperação econômica adotado pelo país asiático nos demais países africanos.

Além da China, têm significativa presença na RDC empresas sul-africanas, coreanas e australianas com interesse nos recursos minerais do país, ademais de grupos industriais indianos, como a Tata, do setor automobilístico.

Embora densas, as tradicionais relações com a Bélgica e a França vêm perdendo terreno para países em desenvolvimento e para os EUA, que mantêm forte presença na RDC, em razão da operação de mineradoras norte-americanas, bem como da assistência militar prestada às FARDC. Apesar disso, a RDC, maior país francófono do mundo, continua a conferir grande importância ao relacionamento com outros países de língua francesa, europeus e africanos.

Temas multilaterais

A dimensão dos conflitos regionais das décadas de 1990 e 2000, bem como a facilidade com que se alastraram para países próximos, despertaram

a atenção da comunidade internacional para a instabilidade política na região dos Grandes Lagos e para a necessidade da presença multilateral na busca por uma solução duradoura para as crises nessa região. No que se refere à RDC, tropas das Nações Unidas estão presentes ininterruptamente no país desde a assinatura do Acordo de Lusaca, em 1999. A MONUSCO é, atualmente, a maior e a mais cara operação de paz da ONU. No plano regional, a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL), criada em 2008 e composta por doze países africanos, tem tido protagonismo na busca por uma solução para a instabilidade na RDC em coordenação com os países vizinhos.

A Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC) foi criada em 1999 com o objetivo inicial de garantir o cumprimento do acordo de cessar-fogo assinado em Lusaca, naquele mesmo ano, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e os grupos rebeldes Movimento pela Libertação do Congo (MLC) e Agremiação Congoleza pela Democracia (RCD). Nos anos seguintes, a MONUC teve seus quadros gradualmente expandidos pelo Conselho de Segurança (CSNU). Paralelamente, seu mandato foi estendido para abarcar, entre outras atividades, a manutenção da segurança da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas, a promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como o auxílio à organização de eleições na RDC.

Em outubro de 2008, manifestantes descontentes com a suposta passividade dos “capacetes azuis” frente ao avanço de rebeldes na província de Kivu Norte, leste do país, atacaram com pedras escritórios da ONU em Goma, capital da província. Esse episódio conduziu à aprovação, pelo CSNU, da resolução 1843, que autorizou o desdobramento temporário de tropas adicionais para reforçar a capacidade da MONUC. Em fins de 2008, além de estender o mandato da MONUC, o CSNU solicitou que a Missão abordasse prioritariamente a crise na região dos Kivu, concentrando sua atuação progressivamente no leste do país. A partir de 2009, a MONUC passou a colaborar nas operações conjuntas entre Ruanda e RDC, desempenhando papel mais ativo na proteção de civis na região.

A resolução 1925 (2010), por sua vez, determinou a criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). A Resolução, além de autorizar a retirada imediata de 2 mil efetivos militares das áreas mais estáveis (províncias na região oeste e sul), incumbiu a Missão de mandato mais estrito, centrado na

proteção de civis, no fortalecimento da autoridade do Estado e na reforma do setor de segurança.

Em fevereiro de 2013, foi dado passo importante para a solução da crise política na RDC, com a assinatura, em Adis Abeba, do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região dos Grandes Lagos (Acordo-Quadro PSC). Com onze países signatários (África do Sul, Angola, Burkina Faso, Congo, RCA, RDC, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia), sob os auspícios da ONU, da UA, da SADC e da CIRGL, o acordo lista série de compromissos nos planos nacional, regional e internacional, voltados à pacificação da região. O Acordo-Quadro PSC é visto como a referência central para uma solução sustentável para a crise, uma vez que prevê tratamento abrangente e integrado para os problemas de segurança na região dos Grandes Lagos.

Em linha com suas obrigações derivadas do Acordo-Quadro PSC, o CSNU aprovou, em março de 2013, a criação em bases excepcionais, no âmbito da MONUSCO, da já referida Brigada de Intervenção (FIB). A FIB foi dotada de mandato inédito para uso ofensivo da força com vistas a garantir “a proteção de civis e a neutralizar grupos armados com atuação no país”. Desse modo, pela primeira vez, o CSNU passou a permitir que uma de suas forças militares pudesse enfrentar diretamente o inimigo.

Em meados daquele ano, o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz assumiu o comando militar da MONUSCO (2013-2015). Com seu mandato reforçado, a Missão obteve importantes vitórias sobre milícias no leste da RDC, como o grupo M23, que, em dezembro de 2013, negociou sua rendição com o governo congolês.

Posteriormente, os generais brasileiros Elias Rodrigues Martins Filho (2018-2019) e Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves (2019-2021) exerceram a função de *force commander* da MONUSCO. Em abril de 2021, a ONU nomeou mais um oficial brasileiro, o general de divisão Marcos de Sá Affonso da Costa, para comandar a força militar da Missão.

ECONOMIA

Não obstante seu grande potencial, a economia do país foi gravemente deteriorada pela dominação colonial e pelos anos de conflitos internos. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a RDC figurou, em 2020, na 175ª posição, entre 189 países, enquanto seu PIB nominal foi de cerca de US\$ 49,1 bilhões, o 12º maior no continente africano.

A agricultura e o extrativismo ainda são as principais atividades econômicas, responsáveis por cerca de 20% do PIB e pelo emprego para cerca de 65% da população economicamente ativa. O setor de serviços responde por aproximadamente 35% do PIB, seguido do setor industrial (incluindo o setor de mineração), com 40%. A RDC constitui o primeiro produtor de cobalto (70% da produção internacional), o terceiro maior produtor mundial de diamantes e o quarto maior produtor de cobre.

Com o fim do período de transição (2003-2006), a RDC viveu período de 10 anos de progressiva estabilização política e recuperação econômica. Entre 2006 e 2015, o país apresentou, a cada ano, taxa de crescimento do PIB superior a 6% (exceto 2009, devido à crise financeira mundial). Nesse período, a RDC logrou reduzir a taxa de inflação, que, até 2011, se mantinha com dois dígitos, para cerca de 1,5% tanto em 2013 quanto em 2014. Crescentes exportações de minérios vinham sendo acompanhadas por expressivos investimentos em infraestrutura, oriundos principalmente da China e Coreia do Sul.

A partir de 2016, contudo, a deterioração da situação política ocasionada pelo impasse relativo à sucessão presidencial impactou negativamente a economia. A taxa de crescimento do PIB, que fora de 6,9%, em 2015, despencou para 2,4%, em 2016. Em 2018, voltou a subir (5,8%), decrescendo ligeiramente em 2019 (4,4%). Com o impacto da pandemia de COVID-19, o PIB sofreu contração de 0,1%, a primeira recessão em 18 anos.

Em 2019, a inflação alcançou 4,7%, culminando em um decréscimo significativo comparado com 2018 (29,3%). Em 2020, a inflação voltou a crescer, atingindo 13% como resultado das medidas de contenção e monetização do déficit orçamentário.

No ano de 2020, em um esforço para combater a pandemia, os gastos do governo aumentaram em relação a 2019, enquanto a receita diminuiu devido à redução da atividade econômica e medidas de alívio fiscal estendidas. A capacidade de arrecadação fiscal na RDC é ainda precária, resultado da grande economia informal do país e de uma presença ainda restrita do Estado em partes de seu território. Como resultado, o déficit fiscal atingiu 1,9% do PIB em 2020. Para financiamento, o governo inicialmente recorreu ao Banco Central até abril de 2020 e posteriormente mobilizou apoio emergencial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Com relação ao comércio exterior, os principais mercados de destino para as exportações da RDC, em 2020, foram: China (53%); Emirados Árabes Unidos (10,5%); Arábia Saudita (6,3%); e Coreia do Sul (4,9%). As principais origens das importações, em 2019, foram: China (27,9%); África do Sul (14,1%); Zâmbia (11,6%); Ruanda (5%); e Bélgica (4,9%).

Naquele ano, os principais produtos de exportação foram cobre (52,8%); produtos à base de metal (22,9%); e outros minérios (9,1%). Por sua vez, os principais produtos de importação foram maquinária mecânica (15%); maquinária elétrica (8,9%); veículos (7,1%); e produtos farmacêuticos (6,3%).

A dívida externa da RDC atingiu 15,9% do PIB em 2020, equivalente a cerca de US\$7 bilhões. A RDC está entre os 73 países beneficiados pela Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida pelo G20 em 2020, que permitiu a suspensão temporária dos pagamentos do serviço da dívida aos credores bilaterais oficiais para concentração dos gastos em saúde e combate à COVID-19. A iniciativa foi estendida até dezembro de 2021.

Em 2020, por conta da pandemia do coronavírus, o Banco Mundial concedeu US\$ 47 milhões para fornecer apoio a estratégias de contenção, formação de médicos e distribuição de equipamentos para teste rápido.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1482	O navegador português Diogo Cão torna-se o primeiro europeu a visitar o Congo.
1870	Tem início a colonização do Congo como propriedade privada do rei belga Leopoldo II.
1908	O Congo passa a ser administrado pelo Reino da Bélgica.
1960	A RDC torna-se independente do Reino da Bélgica, adotando o nome oficial de República do Congo. Na sequência, tem início guerra civil no país.
1961	Assassinato do primeiro-ministro Patrice Lumumba.
1965	O General Mobutu depõe o presidente Joseph Kasavubu e instala-se no poder. Inicia-se a Era Mobutu (1965-1997).
1971	O Congo passa a denominar-se Zaire.
1990	Mobutu compromete-se com reformas políticas e anuncia o fim do regime de partido único.
1991	Após os tumultos em Kinshasa por soldados não remunerados, Mobutu concorda com um governo de coalizão com líderes da oposição, mas mantém o controle do aparelho

	de segurança e importantes ministérios.
1993	Grupos anti-Mobutu rejeitam autoridade do governo central e são criados dois governos rivais no país.
1996	Tensões provenientes dos vizinhos Ruanda e Uganda disseminam-se pelo leste do país.
1996	Tem início a “Primeira Guerra do Congo” (1996-97). Coalizão de milícias rebeldes lideradas por Laurent-Désiré Kabila captura grande parte do leste do Zaire, aproveitando-se de período em que Mobutu estava no exterior para tratamento médico.
1997	Coalizão de grupos rebeldes expulsa Mobutu.
1997	Mobutu é impelido a deixar o país após as tropas rebeldes haverem assumido o controle de Kinshasa. Laurent-Désiré Kabila torna-se o novo presidente, que passa a se chamar República Democrática do Congo.
1998	Rebeldes levantam-se contra Kabila. Angola, Zimbábue e Namíbia enviam tropas para ajudar Kabila a repelir os rebeldes. Tem início a “Segunda Guerra do Congo” (1998-2003).
1999	Assinado o Acordo de Lusaca, que previu cessar-fogo entre os seis países beligerantes na guerra.
2000	Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo (MONUC) inicia suas operações no país, com mandato para monitorar o cessar-fogo de Lusaka.
2001	Assassinato de Laurent Desiré Kabila. Seu filho, Joseph Kabila, então comandante das Forças Armadas, assume a presidência.
2002	Presidentes da República Democrática do Congo e Ruanda assinam acordo de paz.
2003	Tem início período de transição auspiciado pela ONU. Adotada constituição de transição. Formado governo interino, com mandato para liderar o país até a realização de novas eleições gerais.
2004	Tem início, no leste do país, a chamada “Guerra do Kivu” (2004-2009), que opôs forças governistas a tropas rebeldes congoleesas de origem tutsi, lideradas por Laurent Nkunda.
2005	Nova Constituição, com texto aprovado é aprovada pelo Parlamento, abrindo, assim, caminho para eleições em 2006.
2006	Eleições parlamentares e presidenciais são realizadas - as primeiras eleições livres em quatro décadas. Joseph Kabila é proclamado vencedor em segundo turno das eleições presidenciais. O pleito conta com a aprovação dos

	observadores internacionais.
2007	RDC, Ruanda e Burundi relançam o bloco regional Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos.
2007	Laurent Nkunda e seus seguidores estabelecem o Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP).
2008	Fortes confrontos irrompem novamente no leste do país entre as Forças Armadas da RDC (FARDC) e o CNDP.
2008	Uganda, Sudão do Sul do e RDC lançam ataque conjunto contra as bases do Exército de Resistência do Senhor (LRA), no nordeste da RDC.
2008	As FARDC começam a combater milícias ruandesas (hutus) que atuam a partir do território da RDC.
2009	Lançamento da operação militar conjunta dos governos da RDC e de Ruanda contra o CNDP (janeiro). A campanha dura cinco semanas. Nkunda é destituído do comando do CNDP, capturado e preso em Ruanda. O governo congolês passa a ser pressionado para prender Bosco Ntaganda, novo comandante do CNDP, procurado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) desde 2006.
2009	Assinado (março) acordo de paz entre o governo da RDC e o CNDP que estabeleceu o fim dos confrontos, a transformação do CNDP em partido político, a anistia e a integração de ex-combatentes do CNDP às FARDC.
2010	CSNU aprova (maio) a transformação da MONUC na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), uma das cinco missões de paz da ONU criadas com o termo “estabilização” no nome, juntamente com SFOR (Bósnia, 1996), MINUSTAH (Haiti, 2004), MINUSMA (Mali, 2013) e MINUSCA (RCA, 2014).
2010	Operação militar em Uganda contra rebeldes das Forças Democráticas Aliadas (ADF), empurra o grupo armado ugandês para a província congoleza do Kivu do Norte (junho).
2012	O governo da RDC determina a prisão de Bosco Ntaganda, em função de processo por crimes de guerra no TPI. Ex-integrantes do CNDP fundam o movimento rebelde “23 de Março” (M23) e começam nova rebelião (abril). Tem início, assim, a chamada “Guerra contra o M23” (2012-2013).
2012	O CSNU anuncia (outubro) a intenção de impor sanções contra líderes do movimento rebelde M23 e violadores do embargo de armas da RDC. Um painel da ONU indica apoio de Ruanda e Uganda ao M23.
2012	O M23 captura brevemente a cidade de Goma (novembro).

	Pressionados a deixar a cidade pela comunidade internacional, os rebeldes passam, posteriormente, a mantê-la sitiada.
2013	Assinado, em Adis Abeba (fevereiro), o Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região dos Grandes Lagos (Acordo-Quadro PSC).
2013	Bosco Ntaganda se rende na embaixada dos EUA em Ruanda e é transferido para o Tribunal Penal Internacional em Haia para enfrentar acusações de crimes de guerra (março).
2013	A Brigada de Intervenção da MONUSC, com força de 3.000 membros, é empregada para combater e desarmar rebeldes no leste (julho).
2013	O M23 é derrotado militarmente em campanha mantida pelas FARDC com o apoio da FIB/MONUSCO. Em novembro, o grupo apresenta sua rendição (outubro).
2013	É assinada a Declaração de Nairóbi (dezembro), a qual prevê a transformação do M23 em partido político, a anistia aos rebeldes, exceto nos casos de violações ao direito humanitário, e o início de processo de Desmobilização, Desarmamento, Repatriação, Reintegração e Ressocialização (DDRRR).
2014	Início a operação militar “Sukola” (limpeza) contra o grupo rebelde ADF (abril).
2015	Dezenas de mortos em protestos contra as mudanças de lei eleitoral propostas (janeiro).
2016	Jean-Pierre Bemba, ex-Vice Presidente da RDC, é condenado pelo TPI por crimes cometidos na República Centro-Africana (março).
2016	O ex-governador da província de Katanga, Moïse Katumbi, declara intenção de concorrer à presidência (maio).
2016	Tem início a chamada “Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu”, sublevação contra o governo de Kinshasa de grandes proporções, que atinge as províncias de Kasai Central, Kasai, Kasai Oriental e Lomani (agosto).
2016	É assinado o acordo de São Silvestre entre o governo da RDC e forças de oposição, o qual prevê a realização de eleições presidenciais ainda em 2017, além da nomeação de político da oposição para o cargo de primeiro-ministro (dezembro).
2017	Dois investigadores da ONU enviados para avaliar a “Rebelião da Milícia Kamwina Nsapu” são encontrados mortos (março).
2017	O CSNU anuncia a redução progressiva do orçamento e dos

	efetivos da MONUSCO (março).
2017	O PR Kabila nomeia Bruno Tshibala como novo PM (abril).
2017	A UE anuncia sanções contra nacionais da RDC ligados a altos escalões administrativos e militares (maio).
2018	Eleições gerais. A disputa presidencial opõe o governista Emmanuel Shadary aos candidatos oposicionistas Martin Fayulu e Félix Tshisekedi (dezembro).
2019	Comissão Nacional Eleitoral Independente anuncia o resultado do pleito presidencial, com a vitória de Félix Tshisekedi. Martin Fayulu questiona o resultado junto à Corte Constitucional (janeiro).
2019	A Corte Constitucional (janeiro) confirma a vitória de Tshisekedi (19/01).
2019	Tshisekedi assume a presidência, na primeira transmissão pacífica de poder da história da RDC (janeiro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Brasil reconhece a independência da RDC
1968	Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDC.
1972	Brasil abre sua Embaixada em Kinshasa (abril).
1972	Visita à RDC do Chanceler Mario Gibson Barboza. Assinatura da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural (novembro).
1973	Visita a Brasília do chanceler Nguza Bond. Assinatura do Acordo Comercial; do Acordo de Cooperação Técnica e Científica; e do Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos (fevereiro).
1974	RDC instala sua Embaixada em Brasília.
1980	Realização da I Reunião da Comissão Mista Bilateral (Comista), em Brasília.
1988	Realização da II Reunião da Comista.
1997	Brasil desativa sua Embaixada em Kinshasa.
2004	Brasil reabre sua Embaixada em Kinshasa.
2005	Visita ao Brasil do vice-presidente Jean-Pierre Bemba.
2005	Brasil envia missão de observadores ao referendo constitucional congolês (dezembro).
2006	Visita a Kinshasa de Juiz do TRE-MG, para ministrar curso sobre contenciosos eleitorais (abril)
2006	Brasil envia observador às eleições gerais na RDC (julho).
2006	Brasil doa 2950 urnas de lona ao governo da RDC (outubro).

2006	Visita ao Brasil do presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras (outubro).
2007	Visita ao Brasil do presidente da CEI (maio).
2007	Visita à RDC do Coordenador do Escritório da EMBRAPA na África, para prospectar possibilidades de cooperação técnica na área agrícola (agosto).
2007	Missão à RDC de equipe da Agência Brasileira de Cooperação, para prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral (setembro).
2008	Missão ao Brasil de três técnicos congolese da área de saúde, com o objetivo de receber treinamento na área de vigilância epidemiológica em malária (julho).
2009	Visita à RDC do ministro da Defesa Nelson Jobim (maio).
2009	Visita ao Brasil do ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo (maio).
2010	Nova missão da ABC à RDC, em que se decide integrar técnicos congolese da área de saúde nas atividades referentes ao “Projeto de Combate à Doença Falciforme”.
2010	Ministro Celso Amorim mantém encontro com ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Alexis Mwamba, à margem da 65ª abertura da AGNU (setembro).
2010	Governo brasileiro realiza contribuição de US\$ 1 milhão, por meio do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para o apoio de atividades relacionadas ao reforço dos mecanismos de reparação e de acesso à justiça para as vítimas de violência sexual na RDC (outubro).
2010	Visita do ministro Celso Amorim a Kinshasa (novembro).
2011	Visita ao Brasil do ministro da Cooperação Internacional e Regional da RDC Raymond Tshibanda e realização da III Comista (agosto).
2013	Concluídos satisfatoriamente dois projetos de cooperação negociados com a ABC, nas áreas de cultivo de café no Kivu e agroecologia e agricultura familiar
2013	O general brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz assume o comando militar da MONUSCO (maio).
2013	Governo brasileiro anuncia reescalonamento da dívida com a RDC (maio).
2013	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente da RDC, Bavon Mputu Elima (setembro).
2014	Tem início, em Goma, o projeto de cooperação “Capoeira pela

	Paz” voltado a promover a reinserção social de crianças egressas de grupos armados, por meio do ensino da capoeira.
2014	Visita a Kinshasa do ministro da Defesa Celso Amorim (março).
2014	Visita ao Brasil do ministro da Economia e Comércio da RDC, Jean-Paul Begepole (novembro).
2015	Visita ao Brasil de missão de parlamentares congolezes (junho).
2015	Visita a Kinshasa da deputada Benedita da Silva (PT/RJ) (julho).
2015	Visita a Kinshasa e Goma do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira (agosto).
2016	Visita à RDC do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e presidente da Comissão Mundial de Direito Ambiental (CMDA) da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, em inglês), Antonio Herman Benjamin (julho).
2017	Assinatura do Acordo de Reestruturação da Dívida Soberana da RDC com o Brasil (março).
2018	A ONU nomeia o general de divisão brasileiro Elias Rodrigues Martins Filho como comandante da força militar da Missão das Nações Unidas de Estabilização na República Democrática do Congo – MONUSCO (maio).
2019	A ONU nomeia o general de divisão brasileiro Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves como comandante da força militar da Missão das Nações Unidas de Estabilização na República Democrática do Congo – MONUSCO (dezembro).
2020	O Brasil doa mais de 3,5 milhões de vacinas contra febre amarela à RDC (outubro).
2021	A ONU nomeia o general de divisão brasileiro Marcos de Sá Affonso da Costa como comandante da força militar da Missão das Nações Unidas de Estabilização na República Democrática do Congo – MONUSCO (abril).

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural	09/11/1972	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	28/02/1973	Em vigor
Acordo Comercial.	28/02/1973	Em vigor

Acordo de Cooperação Cultural.	28/02/1973	Em vigor
Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos	28/02/1973	Em vigor
Memorando de Entendimento Relativo ao Estabelecimento de Consultas Multissetoriais	11/11/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática Congoleza	19/08/2011	Em vigor